

# **RESGATE DA INFÂNCIA: UM PROJETO DE INTERVENÇÃO PARA CONTEXTOS DE VULNERABILIDADE SOCIAL**

Silvialine Fontenele Ramos  
Faculdade Luciano Feijão  
silvia5239@hotmail.com

Romulo da Silva Cardoso  
Faculdade Luciano Feijão  
rom.silcar@hotmail.com

Laura Augusta Aguiar Andrade Costa  
Faculdade Luciano Feijão  
lauragusta11@hotmail.com

Judith Maria Vasconcelos da Costa  
Faculdade Luciano Feijão  
judithmarialendengue@ymail.com

Lidimara Martins Abreu  
Faculdade Luciano Feijão  
lidimaraabreu@hotmail.com

Psicologia Comunitária – José Maria

## **Resumo**

Este trabalho objetivou o cuidado e resgate direcionados infância, voltada para crianças e jovens adultos em situação de vulnerabilidade, foi realizado no conjunto habitacional na cidade de Sobral (CE). Essas atividades foram realizadas com o intuito de reviver a experiência da infância, considerando a vulnerabilidade em que se encontram esse público escolhido, por muitas vezes não ser possível uma elaboração do que é ser criança, pois considerasse que o ambiente coletivo que habitam torna-se restrito a uma variedade de atividades, como exemplo o brincar na rua. Sendo a infância uma fase essencial de desenvolvimento, de reconhecer a si e o próximo, além da elaboração de percepção de mundo. A partir do nosso plano de intervenção se deu com a criação do espaço lúdico, onde as crianças e jovens adultos tinham oportunidade de brincar com tintas, lápis de cor, brincadeiras de rodas. Com isso, percebemos o fortalecimento das relações, trocas de experiências.

**Palavras-chave:** Infância, Psicologia Comunitária, Intervenção

## **INTRODUÇÃO**

O presente trabalho tem como pretensão estruturar um projeto de intervenção que poderá ser aplicado no conjunto habitacional Caiçara. Cujo foco seria trabalhar com os jovens na faixa etária entre doze anos a vinte. Devido à condição social e que por muitas vezes fazem

com que esse público não vivencie a infância de uma forma ludica, mais pureril, ou seja, o ser criança de fato. Pois desde muito cedo entre dez a doze anos devido a condição financeira no qual se encontra a família e que apesar de ter apoio do governo com programas ainda não é suficiente para uma sobrevivência digna. Desse motivo surge a indagação de como esses jovens se estruturam psicologicamente sem ter passado por essa fase e como eles encaram o modo de viver. Observando que muitos na faixa etária descrita a pouco já são mães e pais e o grande questionamento se apresenta: será que esses jovens pais e mães vão permitir que seus filhos experienciem a infância ou repitam o que aconteceu com eles?

Por isso essa intervenção se faz importante devido a esse motivo o não experienciar essa fase tão importante para a estrutura mental, pois trabalha muitos conceitos que serão experimentados por toda a vida.

## **2 REFERENCIAL**

### **2.1 Adolescência e Juventude**

A adolescência e a juventude são temas que tem sido bastante discutidos atualmente, por vários motivos entre eles relacionados à Educação e os modos de vida dos jovens, ou seja, como ele se vê imerso na sociedade e seus desafios e possibilidades de vida. Nessa perspectiva, é importante ver seu papel na comunidade, qual é o lugar que está sendo dado a esse sujeito na sociedade, como um todo e o lugar ao qual ele habita.

A adolescência é um período de mudanças fisiológicas, psicológicas e sociais que separam a criança do adulto, prolongando-se dos 10 aos 20 anos incompletos, segundo os critérios da Organização Mundial de Saúde (OMS), ou dos 12 aos 18 de acordo com o Estatuto da criança e do adolescente do Brasil.

Então é importante destacar que a participação dos jovens vem sendo um espaço de estudos para a ciência política e para a sociologia, ganhando importância, mais recentemente, para outras áreas de estudo como a antropologia, a psicologia, a educação e a saúde pública. Embora mostrar o jovem como “motor de mudanças na sociedade” seja uma tendência há muito observada, tendo como mote sua atitude contestadora, contrária à injustiça e seu dinamismo inovador (Cardoso e Sampaio, 1995).

Por isso é de suma importância entender a relação do jovem na sociedade, pois são criados vários estigmas em relação ao jovem e essa ação. Segundo Minayo, a busca da perspectiva dos jovens sobre a participação, a política e a cidadania tem se tornado o caminho

preferencial das pesquisas, em contraposição a tendências anteriores baseadas predominantemente no ponto de vista externo, privilegiando, muitas vezes, estereótipos construídos na prática social, sejam eles de técnicos, especialistas, intelectuais ou agentes institucionais. Ressalta-se, nesse ponto de vista, o pessimismo quanto à participação da juventude contemporânea, muitas vezes em comparação com outras gerações.

Essa relação dos jovens com a Educação e as suas perspectivas de vida em meio a um futuro promissor, onde grandes partes dos jovens atualmente deixam de estudar para trabalhar, por diversos motivos, falta de oportunidade e por condições precárias viverem nas ruas, onde a precariedade de informações está postulada muitas vezes.

A adolescência tem despertado grande interesse, tanto na mídia, quanto no âmbito das políticas públicas. Especialmente a partir de 1985, definido pela Organização das Nações Unidas (ONU) como Ano Internacional da Juventude, inúmeras iniciativas foram desencadeadas em todo o mundo, visando o levantamento das necessidades sociais dos jovens que viriam a constituir as futuras gerações de adultos no terceiro milênio.

Várias questões têm contribuído para a emergência de se discutir o tema da juventude na sociedade atual. Sua quantidade numérica na população mundial, especialmente da juventude empobrecida, gera preocupação de dos governos. O contexto muitas vezes de precarização da educação e nas relações de trabalho geram situações de vulnerabilidades que aumentam para a população e abre campo para a discussão, a elaboração e a implantação das chamadas políticas públicas de juventude.

Contudo, tais políticas buscam a participação dos jovens nos projetos e programas sociais que vão 412 Saúde Soc. São Paulo, v.18, n.3, p.411-423, 2009 sendo desenhados. Assim, acontece cada vez mais a noção de que a legitimação das políticas e dos espaços de garantia de direitos depende da adesão dos jovens de diferentes segmentos sociais e da qualidade de sua participação.

## **2.2 Resgate da Infância**

Partindo da idéia de que questões sociais requerem um olhar para além da superficialidade, pois dizem de problemas emergentes da sociedade, que necessitam de práticas sociais, entende-se a necessidade da inserção do psicólogo na comunidade, a Psicologia Comunitária dedica-se a estudar, compreender e intervir no cenário de questões psicossociais que caracterizam uma comunidade. Salienta-se por sua praticidade e pela diversidade das opções teóricas e intencionalidades que estruturam seus fazeres. (Scarparo; Guareschi, 2007).

A criança enquanto protagonista de sua história transforma-se em produto e produtor de seu ambiente, sendo assim faz parte e estabelecem diversas formas de comunicação como girias, roupas, costumes, ou seja, um conjunto de instrumentos que transformam sua forma de ser.

Considerando violência como, o uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação. (OMS, 2002, p. 27). A criança inserida no cenário de vulnerabilidade, violência, desenvolve-se neste meio, o que se torna mais fácil para ela absorver as informações que lhe é mostrada, do que conseguir escapar dos efeitos do meio.

Contrário a essa idéia, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente [CONANDA] e o Conselho Nacional de Assistência Social [CNAS], elaboraram o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (2010, p.14), que diz: As crianças e adolescentes não são fragmentadas e, portanto devemos sempre pensar no seu atendimento humano integral, por meio de políticas públicas articuladas com vistas à plena garantia dos direitos e ao verdadeiro desenvolvimento social.

Este plano diz da prevenção de reconhecermos as crianças e adolescentes enquanto pessoa de desejos, vontades, angustia que passam a se constituir como ser a partir de vínculos familiares e comunitários.

### **2.3 Psicologia Comunitária e a Infância**

Um dos principais objetivos da Psicologia Comunitária é desenvolver no indivíduo a autonomia, fazendo também com que a pessoa se reconheça como um sujeito, que possui direitos e deveres, reconhecendo, portanto, seu próprio valor como tal.

Considerando a fase da infância, a Psicologia Comunitária têm muito a oferecer, levando em consideração que essa vertente tem um objetivo de promover a autonomia no sujeito. Contudo, ações voltadas para o desenvolvimento infantil, seja por meio de oficinas, seja por meio de atividades lúdicas que possuam regras e promova a participação da criança e do adolescente, levam ao aumento e a conquista da autonomia nesses sujeitos, pois, por meio destes métodos, são proporcionados às crianças e aos adolescentes, oportunidades de escolha,

auxilia na construção de projetos de vida e também ajuda no desenvolvimento de cidadãos conscientes dentro da comunidade à qual estão inseridas.

De acordo com Frizzo e Sarriera (2006) sempre que há atividades sociais com as crianças e com os adolescentes, tanto a família, como as instituições sejam educativas, de saúde, entre outras, devem ser envolvidas, mostrando assim, que a vulnerabilidade em que a criança ou o adolescente pode estar inserido, está relacionada com tudo que o cerca.

## **METODOLOGIA**

A intervenção do estudo de caso foi aplicada em sala de aula, no horário entre as 18:40 e 20:10, com aproximadamente 20 alunos da Faculdade Luciano Feijão do curso de psicologia do turno da noite. Teve o intuito de servir como referência para aplicações futuras em contextos semelhantes do público-alvo para o qual foi desenvolvido, no caso, os adolescentes da comunidade do Caiçara. A intervenção foi pensada e organizada em momentos específicos para que fosse aplicada em um único dia, tendo horário marcado para cada intervenção, sendo uma seguida da outra.

Houveram momentos progressivos de apresentação e inserção da infância, bem como o trabalho de sociabilização do grupo. Progressivamente, trabalhou-se inicialmente o individual, trazendo desde a porta de entrada, espaços para relembrar a infância (exemplo: escrever o apelido de infância na porta de entrada), e amarelinha. Ao início foi sondada a concepção de infância e como ela tinha sido vivida pelos participantes. Introdutoriamente foi apresentado os conceitos de infância em seus mais variados aspectos e explicado o nosso público para uma maior interação e compreensão dos participantes. Após este momento foram pensados pinturas corporais que trabalhariam duplas, além de pinturas e desenhos no papel, trabalhando o aspecto lúdico e inserindo de forma prática os participantes na infância “perdida”. A pintura corporal foi utilizada como formação de duplas e a colaboração mútua com o intuito de gerar confiança no outro e amabilidade, além de trazer à tona o respeito ao outro. Jogos em dupla foram praticados após isso e, em ultimo, trabalharam-se aspectos grupais como brincadeiras de roda. Ao fim foi perguntado a importância da intervenção para a vida dos envolvidos e quais emoções foram geradas.

Embora a aplicação tenha sido feita em pessoas que não eram público-alvo, foi percebida a interação de todos e o real resgate da infância no qual se propôs a intervenção. A linguagem corporal demonstrou a total inserção dos envolvidos, e muitas vezes foi pedido a continuação de jogos e brincadeiras que já estavam no horário de encerramento. Todas as

peessoas se envolveram e participaram, demonstrando fisicamente felicidade e inserção na integração e no resgate da própria infância.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Como foi visto a fase da infância e, principalmente o ser criança é muito complexo. Muitas vezes estes possuem uma idade de referência que é aceito como infância, porém, não vivem este momento com todos os seus direitos. O ludicidade é comprovadamente benéfico para a criança, visto que é nela que se projeta para a vida adulta, porém, como no caso escolhido, adolescentes e mesmo crianças crescem sem viver aquilo que é dito como uma infância saudável. Ser criança em vulnerabilidade ou em estado de risco, diz de um indivíduo que, muitas vezes não vive este momento de forma saudável, perdendo a brincadeira do lúdico, dando espaço para a sobrevivência na vida real, cuidando dos irmãos ou de seus próprios filhos. A retomada desta infância proporciona este momento de ludicidade, para além de trazer um espaço lúdico, trazer um espaço psicologicamente saudável para a vivência, se necessária, da fase da infância, mesmo que em outro momento da vida, mesmo que em outra idade.

## **Referências**

SCARPARO, Helena Beatriz Kochenborger; GUARESCHI, Neuza de Fátima. **Psicologia Social Comunitária** 2007, v.19, n.spe2 Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-71822007000500025](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822007000500025)> Acessado em 15 dez. 2017

KRUG; Eg. Etal, ed. **OMS. Relatório mundial sobre violência e saúde**. Genebra. 2002 Disponível em <<https://www.opas.org.br/wp-content/uploads/2015/09/relatorio-mundial-violencia-saude.pdf>> Acessado em 15 dez. 2017

Brasília – DF, 2006.\_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária**. Brasília. Disponível em <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/criancas-e-adolescentes/programas/pdf/plano-nacional-de-convivencia-familiar-e.pdf>> Acessado em 15 dez. 2017

BOGHOSSIAN, O. Cintia e MINAYO, S. M. Cecilia. “**Revisão sistemática sobre juventude e participação nos últimos 10 anos**. Saúde Soc. São Paulo, v.18, n.3, p.411-423, 2009.

CARDOSO, R.; SAMPAIO, H. **Bibliografia sobre a juventude**. São Paulo: EDUSP, 1995.

FRIZZO, Katia Regina; SARRIERA, Jorge Castellá. **Práticas sociais com crianças e adolescentes: o impacto dos conselhos tutelares**. *Psicol. cienc. prof.*, Brasília , v. 26, n. 2, p. 198-209, jun. 2006. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932006000200004&lng=es&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932006000200004&lng=es&nrm=iso)>. Acesso em 15 dez.